

10

**EDUCAÇÃO E RELIGIÃO – colégios protestantes em Pernambuco,
na década de 20 (1)**

Lêda Rejane Accioly Sellaro (2)

RESUMO

Este estudo procura reconstituir o processo histórico que possibilitou a implantação e o desenvolvimento da educação protestante no Brasil, e, particularmente, em Pernambuco, pelas Missões norte-americanas, como um canal de inserção do Cristianismo Reformado, considerando o caráter adverso da sociedade receptora, que emergia de um longo processo de colonização, sob a influência da Contra-Reforma, consubstanciada na educação jesuíta. Nessa reconstituição, privilegia as influências dos elementos superestruturais – educação e religião – na configuração das sociedades envolvidas no processo supracitado, sem perder de vista as bases econômicas da formação dessas sociedades, como partes integrantes do sistema capitalista em expansão. Com base nesse referencial estabelece o confronto entre os contextos históricos nos quais surgiram os primeiros colégios protestantes no sudeste do país e, trinta anos depois, em Pernambuco, analisando a atuação de três colégios, nesse Estado, durante a década de 20, fase de maior expansão do protestantismo no Brasil e de um significativo processo de mudanças econômicas, políticas e so-

(1) Este artigo é uma condensação das idéias desenvolvidas na Dissertação de Mestrado, apresentada pela autora, em dezembro de 1987, ao Mestrado em Educação da UFPE.

(2) Mestre em Educação pela UFPE e Professor Assistente do Departamento de Administração Escolar e Planejamento Educacional da UFPE.

ciais na sociedade brasileira, com forte influência norte-americana. Busca, assim, apreender a dinâmica do relacionamento da educação protestante com a sociedade, visando a contribuir para estudos mais aprofundados, que tratem de inserir o Sistema Educacional Protestante na História da Educação Brasileira.

INTRODUÇÃO

O Sistema Educacional Protestante, embora já conte com mais de um século de existência, no Brasil, tem ficado à margem da História da Educação Brasileira, enquanto apenas referido em estudos como os de Azevedo (1944 e 1960) e Nagle (1976). Já nas obras que tratam da inserção do protestantismo no Brasil, por meio de missões norte-americanas, o tema é enfocado com destaque, por ser a educação apresentada como uma eficiente estratégia missionária.

Mendonça (1984) divide tal estratégia em dois planos: o instrumental, com a criação das escolas paroquiais, principalmente na zona rural, como auxiliares do proselitismo direto (na medida em que possibilitavam o acesso pessoal à Bíblia e a participação nos cultos); e o ideológico, por meio dos colégios, destinados às camadas diferenciadas da sociedade. Leonard (1981), historiador do protestantismo brasileiro, referindo-se a essa atuação, aponta o grande desenvolvimento das instituições para-eclesiais, como é o caso dos colégios, como uma consequência da fé prática das igrejas americanas, que viam nelas “a vantagem de permitirem um propaganda indireta, contribuindo para a criação de uma ‘civilização cristã’, senão a realização do Reino de Deus na terra, mais ou menos conscientemente identificado com o sistema econômico dos Estados Unidos”. (p. 133)

Sobre a influência protestante no Brasil, Vieira (1980), analisa a presença do protestantismo na Questão Religiosa que envolveu o Estado de Pernambuco, no final do século passado; e Schalkwyk (1986), registra a presença da Igreja Reformada no Brasil Holandês, durante o domínio no Nordeste do país.

A contribuição da educação protestante é enfocada por Barbanti (1985), quando investiga “a questão do aparecimento e êxito na província de São Paulo, a partir de 1870, de escolas americanas de confissão protestante que se destacaram nos quadros de ensino da época como símbolos de uma atuação pedagógica renovada”; e por Hack (1985), ao estudar a influência da Escola Americana de Florianópolis na Reforma Educacional de 1914. Ramalho (1976), destaca a influência da ideologia americana na prática educativa protestante, ao demonstrar o relacionamento da filosofia educativa e da prática pedagógica de colégios protestantes situados no sudeste brasileiro, com a versão ideológica do liberalismo norte-americano.

Uma assertiva de Mendonça (1984) encontrada também entre outros autores, é a de que a participação ideológica, cultural e política dos protestantes não corresponde à sua presença na sociedade brasileira e que o protestantismo não manteve o ritmo inicial de seu crescimento. A alienação atribuída aos protestantes é também enfocada por Alves (1979) que investiga como o protestantismo, embora apregoando o liberalismo e a democracia, pode esconder componentes autoritários que, de certo modo, tolhem o desenvolvimento de um comportamento político comprometido com mudanças sociais. Ainda sobre o controvertido tema, porém no sentido de fundamentar com base bíblica e histórica a participação política do cristão e da Igreja em face da problemática social, Cavalcanti (1985) desenvolveu um estudo que tem servido de referencial para as polêmicas suscitadas pelo assunto.

Com base nos estudos acima mencionados e sabendo-se que a educação representa explícita ou implicitamente, uma visão de mundo que inclui uma concepção de homem e de sociedade, se questiona o papel atribuído e desempenhado pela educação no processo de inserção e desenvolvimento do protestantismo brasileiro, bem como na configuração que ele assumiu nesse processo. Questionam-se, ainda, aspectos da posição de hegemonia atribuída aos colégios protestantes, durante uma fase de sua história e os interesses que estariam subjacentes aos valores que veiculavam, bem como a força de contra-ideologias que teriam consolidado uma contra-hegemonia.

Para alguns estudiosos da educação, esta teria a função precípua de transmissão da cultura ¹. Para outros, partindo da análise crítica da educação na sociedade capitalista, ela teria, também a função de reprodução das estruturas de classe ². À função cultural foi acrescentada a da reprodução social. O aspecto econômico da educação foi destacado por outros teóricos ³ que passaram a vê-la como investimento e a qualificação para o trabalho como "capital humano", conceitos estes que mascaram questões da relação imperialista, no momento em que tentam convencer que o subdesenvolvimento de um país nada tem a ver com as relações de poder, mas que se trata de um problema de modernização de fatores, nos quais, a formação de "recursos humanos" é fun-

(1) Estão neste grupo: Emile Durkheim. **Educação e sociologia**. São Paulo, Melhoramentos, 1972; Talcott Parsons. **The Social System**. Londres, The Free Press of Glencoe, 1964; John Dewey. **Vida e educação**. São Paulo, Melhoramentos, 1971; Karl Mannheim e W.A.C. Stewart. **Introdução à sociologia da educação**. São Paulo, Cultrix, 1972.

(2) Pierre Bordieu e Jean Claude Passeron. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. R. de Janeiro, Frc^o Alves, 1975.

(3) Cf. Gary S. Becker. **Human capital**. New York, National Bureau of Economic Research, 1964; Theodore W. Shultz. **O capital humano: investimentos em educação e pesquisa**. Rio de Janeiro, Zahar, 1971

damental. Outros autores ⁴ forneceram referencial para a análise da educação como instrumento de dominação, tendo Gramsci ⁵ acrescentado a de libertação. A educação teria desse modo a dupla função de consolidar e enfraquecer as estruturas vigentes.

O fenômeno da supervalorização da educação como solução para todos os males sociais, ocorreu, no Brasil, no final do século passado e início do atual, antecedendo, no tempo, a teoria do “capital humano”. Era a ideologia da “modernidade”, na época da criação dos colégios protestantes americanos, no sudeste do país, que além de favorecer a aceitação desses colégios tomou a educação neles desenvolvida como modelo capaz de desenvolver e modernizar a sociedade brasileira. Essa crença em pretensos poderes mágicos da educação repetiu-se na década de 20 com o “entusiasmo pela educação” e com o “otimismo pedagógico”, movimentos que, segundo Nagle (1976), resultaram das transformações sociais porque passava a sociedade brasileira, na transição do sistema agrário-exportador para o sistema urbano-industrial.

Inicialmente, o efeito de demonstração dos colégios protestantes ocorreu em relação ao Estado de São Paulo, influenciando a reforma do seu ensino público. Em seguida, outros Estados foram atingidos pelas práticas pioneiras da educação protestante, via São Paulo, ou pela influência dos próprios colégios que surgiram nos principais Estados ⁶.

Sem desconhecer, nem desmerecer o trabalho educacional desenvolvido por outros grupos protestantes, em Pernambuco, este estudo enfocou dois colégios presbiterianos e um batista – o Quinze de Novembro, Agnes Erskine e o

(4) Louis Althusser. *Ideologia et appareils ideologiques* d'Etat. Paris, Pensee, 1970, Roger Establet. *A escola*, Rio de Janeiro, Tempo brasileiro, nº 35. 1973; Nicos Paolantzas. *Escola em questão*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1973

(5) Para Gramsci “toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica”, daí a importância da educação como estratégia política. Subdividindo o Estado em sociedade política e sociedade civil, Gramsci possibilita a análise da educação por duas perspectivas: da sociedade política, pelo estudo da legislação educacional; e da sociedade civil (onde se localiza o sistema educacional e as leis são implantadas), pela análise do funcionamento das escolas. Cf. Antonio Gramsci. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira, 1978.

(6) Somente dois grupos protestantes – os presbiterianos e os batistas – criaram 22 colégios entre 1870 e 1930. Os presbiterianos fundaram: o Colégio Internacional, em Campinas, São Paulo; o Instituto Mackenzie em São Paulo capital; o Instituto Gammon, em Lavras Minas Gerais; o Colégio Quinze de Novembro, em Garanhuns, Pernambuco; a Escola Americana de Florianópolis, Santa Catarina, o Ginásio Evangélico Agnes Erskine, em Recife, Pernambuco; o Instituto Cristão, em Castro, Paraná; o Colégio Evangélico do Alto do Jequitibá, em Presidente Soares; Minas Gerais; o Colégio Evangélico de Buriti, em Buriti, Mato Grosso; o Instituto José Manoel de Conceição, em Jandira, S. Paulo; o Instituto Ponte Nova, em Ponte Nova, Bahia e o Colégio Dois de Julho, em Salvador, Bahia. Os batistas, fundaram: o Colégio Americano Taylor Egidio, em Salvador, Bahia, o Colégio Batista Brasileiro, em São Paulo, capital; o Colégio Americano Batista, em Recife, Pernambuco; o Colégio Batista Brasileiro, em Recife, Pernambuco; o Colégio Americano Batista de Vitória em Vitória, Espírito Santo; o Colégio Batista do Rio de Janeiro, capital; o Colégio Batista de Campos, em Campos, Rio de Janeiro, o Colégio Batista Mineiro, em Belo Horizonte; o Colégio Batista Alagoano, em Maceió, e o Instituto Batista do Piauí, em Correntes.

Americano Batista. O primeiro, localizado em Garanhuns, interior do Estado e os outros em Recife.

A expansão dos colégios, cujas ações educacionais estavam intimamente relacionadas com a cultura e com os valores norte-americanos ⁷, em um período que, embora marcando o desenvolvimento econômico do Brasil, expressava o seu atrelamento a uma crescente dependência dos Estados Unidos, suscitou algumas polêmicas e desconfianças, sem que isso arrefecesse tal expansão. Historiadores como Basbaum (1975) e Bandeira (1978) fizeram comparações que podem ser exemplificadas com a fala deste último: "Os jesuítas fizeram o trabalho de catequese para os colonizadores portugueses, através da religião e do ensino. Os protestantes para os americanos. A ofensiva religiosa era também um prenúncio da expansão imperialista". (Bandeira, 1978 p. 124).

Pela literatura revisada, sabe-se que os colégios protestantes foram prestigiados não só por estrangeiros e brasileiros protestantes mas por setores progressistas, não protestantes da sociedade brasileira. Estes grupos que apoiavam a nova forma de educação, defendiam, também, os valores e as idéias que ela veiculava, que compunham, no Brasil, a ideologia da modernidade.

Pressupondo-se que os homens produzem ideologias, a partir e em função de situações históricas específicas, partiu-se para a reconstituição histórica das condições que ensejaram a convergência de interesses advindos de grupos diferentes, cujos objetivos diferiam em muitos e importantes aspectos, em torno dos mesmos valores, de modo a favorecer a expansão do protestantismo e da educação protestante.

As análises desenvolvidas neste estudo tomam por referência o pensamento de Weber e Gramsci, quanto à educação e religião, haja vista as convergências e diferenças detectadas na produção intelectual de ambos, de validade para a abordagem do tema. ⁸

Weber analisou a ação da religião na vida cotidiana em diferentes situações históricas, evidenciando o papel das idéias no desenvolvimento da história das sociedades. Sua perspectiva (histórica ou de conflito) da sociedade, permi-

(7) "Não sendo uma prática autônoma a atividade educativa subordina-se a uma teoria da sociedade que lhe vai fornecer os critérios decisivos para sua ação. A educação vai colaborar para a operacionalização de uma determinada forma de interpretação da realidade social, mesmo que isso não esteja claro para os seus agentes". Ramalho, Op. cit., p.24.

(8) Jean Pierre Cot, que prefaciou o livro de Portelli (1984) afirma que "o interesse pela sociologia da religião une os dois autores: Gramsci como Weber, perceberam a importância do conhecimento dos fenômenos religiosos para a compreensão da sociedade política". (...) Nesse ponto ele se encontra com Weber, que, num quadro teórico muito diferente, procurou captar esta relação ambígua e fundamental".
Hugues Portelli, **Gramsci e a questão religiosa**. Trad. L.J. Galo; revisão R. Benedetti. São Paulo, Ed. Paulinas, 1984, pp 11-12.

tiu-lhe perceber a religião em suas relações mutantes com as instâncias sociais, de modo a oferecer contribuições valiosas para os estudiosos, independentemente de suas posições, sejam elas funcionalistas ou históricas. Ao pretender demonstrar a influência das concepções de mundo nas organizações sociais e nas atitudes individuais, Weber (1985) o fez pela análise da relação entre o protestantismo ascético calvinista e o desenvolvimento do capitalismo moderno – dois relevantes fenômenos – de cuja compreensão depende a elucidação de questões relativas aos aspectos históricos, religiosos e intencionais da educação protestante norte-americana no Brasil.

Essa relação defendida por Weber é corroborada por Gramsci (1978) para quem “da predestinação calvinista, surge um dos maiores impulsos à iniciativa prática que já ocorreu na história mundial” (P. 55). Só que, enquanto para Weber a idéia força do calvinismo está na linha da racionalização econômica e a completa, fazendo da vontade o elemento de apoio da estrutura capitalista ou ao menos da racionalidade econômica, para Gramsci o domínio das idéias-vontades também pode atacar a estrutura existente.

Admitindo-se com Weber que um fenômeno social, como é o caso da educação protestante, não se deve a uma seqüência causal única e universal, mas a uma multiplicidade de fatores; e, ainda, que tal fenômeno pode ter vários efeitos, alguns não previstos, utilizou-se não só o pensamento weberiano mas, também as explicações gramscianas (principalmente aquelas decorrentes dos seus conceitos de ideologia e hegemonia), para tentar compreender as relações dialéticas entre a educação protestante e a sociedade.⁹

Em direção a tal objetivo, procedeu-se à análise da bibliografia pertinente de fontes documentais selecionadas e de depoimentos pessoais, de ex-alunos e ex-professores dos colégios enfocados, disso resultando a organização do estudo em três capítulos, cujos resumos constituem as seções a seguir.

SOCIEDADE E EDUCAÇÃO EM PERNAMBUCO DA COLÔNIA AO IMPÉRIO

No primeiro capítulo caracterizou-se o Brasil, como país receptor do protestantismo, por meio de um esboço histórico da evolução da sociedade e da educação, desde o período colonial até o período imperial, no qual se deu a inserção protestante, privilegiando-se o Estado de Pernambuco, onde desenvolveu-se o estudo de caso que complementa a pesquisa.

(9) Fernando Henrique Cardoso em “O método dialético de análise sociológica” afirma: “O paradigma para análise sociológica pode ser tanto Marx quanto Weber na ‘Ética protestante e o espírito do capitalismo’. Em qualquer um dos dois casos o método não é empirista, mas em ambos a interpretação prende-se a um momento analítico, que condiciona as possibilidades de globalização”. Revista Brasileira de Ciências Sociais. 1.1965, p. 105.

Americano Batista. O primeiro, localizado em Garanhuns, interior do Estado e os outros em Recife.

A expansão dos colégios, cujas ações educacionais estavam intimamente relacionadas com a cultura e com os valores norte-americanos⁷, em um período que, embora marcando o desenvolvimento econômico do Brasil, expressava o seu atrelamento a uma crescente dependência dos Estados Unidos, suscitou algumas polêmicas e desconfianças, sem que isso arrefecesse tal expansão. Historiadores como Basbaum (1975) e Bandeira (1978) fizeram comparações que podem ser exemplificadas com a fala deste último: "Os jesuítas fizeram o trabalho de catequese para os colonizadores portugueses, através da religião e do ensino. Os protestantes para os americanos. A ofensiva religiosa era também um prenúncio da expansão imperialista". (Bandeira, 1978 p. 124).

Pela literatura revisada, sabe-se que os colégios protestantes foram prestigiados não só por estrangeiros e brasileiros protestantes mas por setores progressistas, não protestantes da sociedade brasileira. Estes grupos que apoiavam a nova forma de educação, defendiam, também, os valores e as idéias que ela veiculava, que compunham, no Brasil, a ideologia da modernidade.

Pressupondo-se que os homens produzem ideologias, a partir e em função de situações históricas específicas, partiu-se para a reconstituição histórica das condições que ensejaram a convergência de interesses advindos de grupos diferentes, cujos objetivos diferiam em muitos e importantes aspectos, em torno dos mesmos valores, de modo a favorecer a expansão do protestantismo e da educação protestante.

As análises desenvolvidas neste estudo tomam por referência o pensamento de Weber e Gramsci, quanto à educação e religião, haja vista as convergências e diferenças detectadas na produção intelectual de ambos, de validade para a abordagem do tema.⁸

Weber analisou a ação da religião na vida cotidiana em diferentes situações históricas, evidenciando o papel das idéias no desenvolvimento da história das sociedades. Sua perspectiva (histórica ou de conflito) da sociedade, permi-

(7) "Não sendo uma prática autônoma a atividade educativa subordina-se a uma teoria da sociedade que lhe vai fornecer os critérios decisivos para sua ação. A educação vai colaborar para a operacionalização de uma determinada forma de interpretação da realidade social, mesmo que isso não esteja claro para os seus agentes". Ramalho, Op. cit., p.24.

(8) Jean Pierre Cot, que prefaciou o livro de Portelli (1984) afirma que "o interesse pela sociologia da religião une os dois autores: Gramsci como Weber, perceberam a importância do conhecimento dos fenômenos religiosos para a compreensão da sociedade política". (...) Nesse ponto ele se encontra com Weber, que, num quadro teórico muito diferente, procurou captar esta relação ambígua e fundamental". Hugues Portelli. **Gramsci e a questão religiosa**. Trad. L.J. Galo; revisão R. Benedetti. São Paulo, Ed. Paulinas, 1984, pp 11-12.

tiu-lhe perceber a religião em suas relações mutantes com as instâncias sociais, de modo a oferecer contribuições valiosas para os estudiosos, independentemente de suas posições, sejam elas funcionalistas ou históricas. Ao pretender demonstrar a influência das concepções de mundo nas organizações sociais e nas atitudes individuais, Weber (1985) o fez pela análise da relação entre o protestantismo ascético calvinista e o desenvolvimento do capitalismo moderno – dois relevantes fenômenos – de cuja compreensão depende a elucidação de questões relativas aos aspectos históricos, religiosos e intencionais da educação protestante norte-americana no Brasil.

Essa relação defendida por Weber é corroborada por Gramsci (1978) para quem “da predestinação calvinista, surge um dos maiores impulsos à iniciativa prática que já ocorreu na história mundial” (P. 55). Só que, enquanto para Weber a idéia força do calvinismo está na linha da racionalização econômica e a completa, fazendo da vontade o elemento de apoio da estrutura capitalista ou ao menos da racionalidade econômica, para Gramsci o domínio das idéias-vontades também pode atacar a estrutura existente.

Admitindo-se com Weber que um fenômeno social, como é o caso da educação protestante, não se deve a uma seqüência causal única e universal, mas a uma multiplicidade de fatores; e, ainda, que tal fenômeno pode ter vários efeitos, alguns não previstos, utilizou-se não só o pensamento weberiano mas, também as explicações gramscianas (principalmente aquelas decorrentes dos seus conceitos de ideologia e hegemonia), para tentar compreender as relações dialéticas entre a educação protestante e a sociedade.⁹

Em direção a tal objetivo, procedeu-se à análise da bibliografia pertinente de fontes documentais selecionadas e de depoimentos pessoais, de ex-alunos e ex-professores dos colégios enfocados, disso resultando a organização do estudo em três capítulos, cujos resumos constituem as seções a seguir.

SOCIEDADE E EDUCAÇÃO EM PERNAMBUCO DA COLÔNIA AO IMPÉRIO

No primeiro capítulo caracterizou-se o Brasil, como país receptor do protestantismo, por meio de um esboço histórico da evolução da sociedade e da educação, desde o período colonial até o período imperial, no qual se deu a inserção protestante, privilegiando-se o Estado de Pernambuco, onde desenvolveu-se o estudo de caso que complementa a pesquisa.

(9) Fernando Henrique Cardoso em “O método dialético de análise sociológica” afirma: “O paradigma para análise sociológica pode ser tanto Marx quanto Weber na ‘Ética protestante e o espírito do capitalismo’. Em qualquer um dos dois casos o método não é empirista, mas em ambos a interpretação prende-se a um momento analítico, que condiciona as possibilidades de globalização”. Revista Brasileira de Ciências Sociais. 1.1965, p. 105.

Procurou-se demonstrar que, ao lado dos fundamentos econômicos da ocupação territorial, pelos quais o Brasil-colônia foi integrado à economia reprodutora européia, outros elementos de natureza superestrutural contribuíram, de igual modo, para a configuração da sociedade brasileira, no processo do seu desenvolvimento. Destes, destacaram-se os fatores decorrentes da ação da Igreja Católica Romana que, no período histórico considerado manteve em Portugal e, conseqüentemente, no Brasil, a sua hegemonia, abalada na Europa pela Reforma Protestante.

Considerando-se que, pelo pacto colonial, o Brasil só mantinha contacto com Portugal, e atentando-se para as proibições impostas à colônia, entre as quais, a da circulação de livros e jornais; e, ainda, que além da religião, a Igreja católica teve o monopólio da educação, verifica-se que os mais importantes elementos da estrutura ideológica da sociedade civil estavam sob seu controle. A relação de reforço mútuo entre a Igreja Católica e o Estado português, representado no Brasil pela elite dirigente, responsável pela sua organização político-administrativa, estabeleceu, por muito tempo a unidade entre a sua base sócio-econômica, como subsistema periférico e a superestrutura ideológica nas quais estavam envolvidas a metrópole e a colônia.

Foi graças à ação educacional dos jesuítas financiada pelo Estado Português, que este, ao mesmo tempo em que tomava posse efetiva da terra, lançava as bases de sua dependência, a cujos aspectos políticos, econômicos e culturais, outros somar-se-iam ao longo de sua história. A força e a influência dos inicianos bem como sua estreita ligação com Roma, fizeram da Companhia de Jesus o setor mais bem articulado da sociedade civil, colocando-a desse modo, do lado oposto ao do poderoso Marquês de Pombal. Nacionalista, defensor de um Estado forte e modernizado o Primeiro Ministro português assumiu posições incompatíveis com o modelo educacional dos jesuítas e com o poder que eles representavam. Começou suas reformas com a expulsão dos religiosos, de Portugal e colônias, atingindo toda a educação. Até o Curso de Teologia de Coimbra foi modificado ensejando a politização do clero português sob a influência do Liberalismo¹⁰ e do Jansenismo¹¹, conforme aconteceu

(10) O Liberalismo surgiu no período de transição do feudalismo para o capitalismo, questionando as limitações morais e religiosas da Idade Média e, conseqüentemente, justificando o novo modo de produção, pela defesa das liberdades individuais. Apresentou-se de forma mais coerente e definida no final do século XVII; mobilizou a burguesia na sua ascensão política pela Revolução Francesa, no século XVIII; e tornou-se a ideologia dominante no século XIX, permeando instituições sociais de modo a neutralizar os resquícios de idéias pré-capitalistas. Cf. Haroldo Laski. **O Liberalismo europeu**. São Paulo, Ed. Mestre Jou, 1973.

(11) Jansenismo é o "nome dado à tentativa de reforma e reavivamento da Igreja Católica, no século XVII, baseado nos princípios religiosos de Fleming Cornelius Jansen (1563-1638) bispo de Ypres" Vieira, Op. cit. p.29.

com Dom Azeredo Coutinho, fundador do Seminário de Olinda. Em pouco tempo, esse seminário e as lojas maçônicas que surgiam, tornaram-se os principais pólos de difusão do Liberalismo e de oposição a Portugal. Muitos padres e bispos maçons foram duplamente influenciados pelos movimentos em torno da Independência e da República, que se desenvolveram em Pernambuco, na primeira metade do século.

A presença da corte portuguesa na colônia, o fim do pacto colonial e todas as mudanças disso decorrentes contribuíram para a independência política do Brasil em relação a Portugal e de sua dependência econômica em relação à Inglaterra, mudança decisiva, entre outros aspectos, para a inserção do protestantismo de imigração e, posteriormente, para o protestantismo missionário, depois de trezentos anos de predomínio católico.

O cristianismo brasileiro, com características da Pré-Reforma, pagанизado por práticas que afastavam os fiéis mais esclarecidos, explicam não só seu próprio enfraquecimento como também a expansão do Jansenismo e as possibilidades que abriu ao Protestantismo. Outro fator facilitador foi a expansão do liberalismo, pela sua afinidade com o Protestantismo e de ambos com o progresso almejado pela pequena burguesia que crescia, sobretudo no sul.

Quanto à educação, seu desenvolvimento lento e desigual refletia as diferenças que marcavam as regiões. O Centro-Sul, para o qual se deslocara o eixo econômico do país, beneficiou-se ainda: da proximidade da corte, no Rio de Janeiro; dos efeitos do desenvolvimento do café; e da renovação decorrente da presença de grandes levas de imigrantes estrangeiros. Ali cresceu não só a demanda social da educação como a consciência de sua importância.

Enquanto isso, no Nordeste, Estados pobres e desassistidos enfrentavam duras penas, os efeitos do Liberalismo político e econômico que atingiu a educação com a descentralização estabelecida pelo Ato Adicional de 1834, agravados com o desinteresse da população pela educação. Em Pernambuco, o ensino elementar, sempre defasado em relação às reformas preconizadas, desenvolveu-se lentamente. O secundário, entregue à particulares, preparava os apressados candidatos ao título de bacharel em Direito. E os poucos cursos técnicos, voltados para os desfavorecidos reduziam-se à iniciativas isoladas de grupos minoritários, evidenciando o pouco caso que se fazia da educação para o trabalho.

PROTESTANTISMO AMERICANO E AÇÃO MISSIONÁRIA NO BRASIL IMPÉRIO

Colocadas as condições que possibilitaram, no Brasil, a inserção do protestantismo missionário norte-americano, buscou-se identificar, neste capítulo, as causas desse empreendimento, pela caracterização da sociedade que o

promoveu e dos meios que utilizou para viabilizá-lo na terra hospedeira. Destes salientou-se a ação educativa desenvolvida nos colégios, durante o período histórico considerado, no Brasil e em Pernambuco.

Verificou-se que o sentimento religioso e a busca de liberdade para vivê-lo constituíram a motivação maior dos protestantes ingleses na colonização dos Estados Unidos. Estavam presentes na formação da sociedade nova que esperavam, utopicamente, construir, sem os males da antiga; nas lutas pela Independência; na elaboração da Constituição que separou a Igreja do Estado e estabeleceu a liberdade religiosa; na vivência da democracia; nos grandes avivamentos espirituais; nas missões nacionais; e na grande empresa missionária estrangeira que, entre outros povos, atingiu o Brasil.

O período que precedeu as missões, foi marcado por uma intensa movimentação social e política e por um processo paralelo de renovação religiosa, na sociedade norte-americana. Os princípios do voluntarismo conversionista¹² e do perfeccionismo pessoal, associados a puritanismo¹³ buscaram produzir uma sociedade perfeita – o Reino de Deus na Terra – que deveria atingir outros povos. Esta foi a razão inicial das missões – o “destino manifesto” da sociedade norte-americana.

Porém a problemática relativa à escravidão, que dividiu o povo norte-americano e as Igrejas protestantes, acabou sufocando alguns princípios práticos pela doutrina da Igreja espiritual, desligada do mundo. Embora não majoritária nos Estados Unidos essa forma de pensamento foi canalizada para o Brasil, principalmente pelos missionários sulistas. Enfatizavam a necessidade de conversão, de conhecimento da Bíblia e dos símbolos da fé, bem como de uma vida piedosa e austera, fazendo com que a ética social fosse gradativamente, dando lugar à ética individual.

Os problemas sociais decorrentes da pobreza da maioria da população brasileira e o Catolicismo de características medievais que os missionários encontraram aqui, ensejaram um confronto entre os Estados Unidos e o Brasil, que logo transformou-se em argumento nas mensagens que relacionavam o Catolicismo com o atraso e o Protestantismo com o progresso. Essa idéia, que desenvolveu-se, também, em meio aos políticos do II Império e setores modernistas da sociedade, expressou-se, entre outras coisas, na legislação favorável

(12) Os movimentos de avivamento e despertamento religioso do protestantismo norte-americano tinham como ponto comum o princípio do voluntarismo, contrário à doutrina da eleição ou predestinação. Enfatizavam o amor de Deus e a salvação para todos que aceitassem esse amor e se dispusessem a levá-lo a outros pela pregação e pelo testemunho pessoal, pautando a vida por uma ética rigorosa que acabaria por transformar a sociedade.

(13) Foram apelidados de “puritanos” os indivíduos que desejavam reformas mais radicais na Igreja da Inglaterra, onde a Reforma havia sido conservadora. Roberto H. Nichols. História da Igreja Cristã, São Paulo Casa Editora Presbiteriana. 1981 p. 178.

à imigração protestante e, posteriormente, na regulamentação dos direitos que foram assegurados aos acatólicos no Brasil, desenvolvendo um ressentimento crescente da Igreja Católica contra o governo imperial.

A relação histórica entre Protestantismo e educação evidenciou-se desde os primórdios da ação missionária pela zona rural no sudeste brasileiro, quando o Cristianismo Reformado assumiu características néo-testamentárias. Os cultos e as aulas funcionavam em casa de um dos adeptos até se construir o salão de cultos com escola anexa.

A precariedade do sistema escolar brasileiro e o obstáculo que a falta de instrução representava para a assimilação do protestantismo (pela leitura da Bíblia e da farta literatura evangélica produzida pelas missões) aumentara o interesse natural dos missionários protestantes pela educação. A falta de instrução dos candidatos ao pastorado evangélico foi outro fator de peso. Por outro lado, os convertidos ficavam motivados para aprender, pelo desejo de participar do culto informal e discursivo, intercalado de cânticos, diferente da missa católica, com seus símbolos e rituais repetidos. Outro fator de expansão das escolas protestantes foi a necessidade de atender aos filhos dos evangélicos, discriminados nas escolas públicas do Império, problema que atingiu, posteriormente, os filhos dos republicanos e dos abolicionistas.

Aos poucos tais escolas passaram a ser buscadas pelo que representavam de novo em relação às escolas brasileiras ⁽¹⁴⁾, cujas práticas educativas caracterizavam-se: pelo autoritarismo do professor e passividade dos alunos; memorização excessiva; ênfase no estudo das línguas, da literatura, filosofia e história, em detrimento das ciências físicas e naturais, cujos conhecimentos eram transmitidos teoricamente, prescindindo das experimentações; dissociação da realidade nacional; enciclopedismo; reação à coeducação; não valorização de atividades práticas e da educação física.

Entre os aspectos inovadores do ensino protestante destaca-se o magistério feminino exercido por dezenas de missionárias educadoras vindas especialmente para as escolas, cujo ambiente tornavam receptivo e estimulante. Substituíam a cantilena pela qual se aprendiam as sílabas e as taboadas pelo método intuitivo e silencioso, e enfatizavam a compreensão sobre a memorização. A qualidade dessas escolas contribuiu para a sua expansão, e muitas delas deram origem a grandes colégios, por meio dos quais esperavam os missionários, atingir a reduzida elite brasileira. Nestas instituições, causava espanto a integração entre o saber e o fazer, relação mais completa nos colégios que se desenvolveram na zona rural, onde os eruditos professores também

(14) Em 1890, a Escola Americana de S. Paulo foi tomada por modelo do ensino primário e normal para as escolas públicas paulistas, sendo o seu diretor, Horácio Lane, orientador e conselheiro de Cesário Mota e Caetano de Campos, criadores do ensino popular naquele Estado.

mexiam com a terra e manejavam os instrumentos agrícolas com desenvoltura e sem preconceitos.

Em Pernambuco, o Protestantismo missionário teve início na capital, irradiando-se depois pelo interior do Estado. Não foi precedido do Protestantismo de imigração como no sul. Só a Igreja Anglicana estava instalada no Recife quando os congregacionais organizaram sua Igreja, pouco antes da chegada do primeiro missionário presbiteriano, durante as polêmicas que se desenvolviam em torno da Questão Religiosa, envolvendo a Igreja Católica e a Maçonaria. Este conflito era o problema aparente de uma crise maior que se estabelecera entre a Igreja e o Governo Imperial, ambos divididos entre conservadores e liberais republicanos que, na maioria, eram também maçons, responsáveis, em grande parte, não só pela perda gradual da hegemonia católica como da legitimidade do sistema monárquico como forma de governo.

Do conflito entre as duas instituições enfraquecidas (Igreja e Monarquia), republicanos, maçons e protestantes esperavam a ruptura, o que só ocorreria quinze anos depois, com a República. A partir daí a Igreja encontrou novas formas de ação e influência, intensificando as perseguições aos protestantes e, conseqüentemente, as investidas destes, entre as quais, a criação de novos colégios.

Embora não havendo consenso entre os protestantes, em torno da propaganda conversionista, via educação ⁽¹⁵⁾, essa forma de ação persistiu. Foram criados outros colégios no Nordeste, dos quais três em Pernambuco: o Quinze de Novembro, em Garanhuns e o Agnes Erskine, em Recife, ambos presbiterianos, e o Americano Batista em Recife.

EDUCAÇÃO PROTESTANTE E SOCIEDADE EM PERNAMBUCO NA DÉCADA DE 20

Depois de enfocar o país introdutor do protestantismo missionário no Brasil – os Estados Unidos – e a educação desenvolvida como uma estratégia missionária, partiu-se, no terceiro capítulo, para o estudo da atuação de três colégios protestantes de origem norte-americana, durante a década de 20 em Pernambuco, tomando-se como referencial os estudos desenvolvidos em outras realidades espaço-temporais do país, de modo a estabelecer um paralelo entre a situação local, representativa de uma região do país e a realidade nacional, em parte configurada nos estudos mencionados.

(15) O investimento de recursos materiais e humanos na obra educacional com provável prejuízo da ação conversionista direta tomou-se tema polêmico, dividindo tanto brasileiros quanto americanos. Foram alvos das principais controvérsias: a heterogeneidade da clientela que os colégios atendiam; a inclusão de professores não protestantes; a conciliação do princípio de liberdade de consciência com a ação evangelizadora; e o testemunho e consagração dos mestres e diretores.

O confronto dos contextos sócio-político-econômicos que marcaram, respectivamente: o surgimento dos primeiros colégios protestantes no sul do país, durante o período imperial; e a criação de tais instituições em Pernambuco, no regime republicano; trouxe à tona elementos que possibilitaram uma maior compreensão do fenômeno educacional protestante em suas relações dialéticas com as instâncias sociais. Desse modo, foi possível identificar algumas condições que limitaram e/ou potencializaram a atuação dos colégios protestantes de Pernambuco na Primeira República e mais especificamente, na década de 20.

Embora surgidos já na República laica e federalista, organizada segundo os padrões norte-americanos, os colégios protestantes de Pernambuco conviveram com um clima de perseguições aos protestantes decorrentes do movimento de reorganização e revitalização do catolicismo ultramontano ⁽¹⁶⁾, sempre forte neste Estado, onde prevalecia uma estrutura rural, oligárquica, e coronelista, conseqüentemente, contrária à mudanças, sobretudo se atreladas ao Protestantismo.

É bom lembrar que os estrangeiros, em Pernambuco, concentraram-se na elite do Recife e não entre os trabalhadores rurais como no sul e que foi também na capital que teve início a ação missionária, explicando-se, em parte, por aí, as características do Cristianismo da pré-Reforma que marcavam a religiosidade do povo pernambucano principalmente no interior do Estado.

Até o movimento de renovação cultural, durante a década de 20, em Pernambuco, limitou-se às experimentações estilísticas de caráter modernista e a movimentos regionalistas que idealizaram de forma indiscriminada todos os aspectos da vida nordestina, reforçando, contraditoriamente, o tradicionalismo, pela fidelidade mantida em relação à cultura do açúcar e tudo que a ela se ligasse.

O sentimento nacionalista, motor de várias ações desencadeadas no país, após a Primeira Guerra, emergira muitos anos antes no seio da liderança protestante brasileira em São Paulo, dividindo a Igreja presbiteriana, em 1903. No entanto, embora alimentando um movimento de emancipação em relação à tutela americana que incluía a questão educacional tal sentimento, não impediu o surgimento de novos colégios nem a expansão dos existentes.

Em Pernambuco, o nacionalismo, presente entre os presbiterianos iria eclodir também entre os batistas, vinte anos depois, de forma bem mais concreta. Envolvendo os jovens estudantes que se colocaram ao lado da liderança local, o movimento batista ensejou a criação de instituições educacionais paralelas e impôs novos rumos ao trabalho missionário desse grupo.

(16) O catolicismo ultramontano voltava-se para o domínio de Roma (do outro lado das montanhas), defendendo o Papa e suas idéias. Nichols, Op. Cit. p. 193.

Realmente a ação missionária norte-americana no Brasil desencadeou sentimentos contraditórios quando se avaliavam os benefícios das missões e a situação de dependência que desenvolvia. Muitos exemplos de ambigüidade em relação aos missionários foram encontrados nos depoimentos dos ex-alunos dos colégios estudados.

Outro fato a considerar em relação ao sentimento nacionalista (desta feita atingindo a sociedade em geral mas, voltado sobretudo, para o setor educacional) diz respeito ao movimento que se expandiu, depois da Primeira Grande Guerra, atingindo, principalmente as escolas alemães, no sul do país mas que não alcançou os colégios protestantes norte-americanos, embora as questões polêmicas relativas ao uso da língua e a valorização da cultura estrangeira fossem aspectos que, em menores proporções podiam ser observados nestas instituições. É possível que a repercussão da guerra, bem como a crescente influência econômica e ideológica dos Estados Unidos sobre o Brasil, expliquem tal fato. Embora as missões tenham participação neste processo, sem dúvida foi por meio do cinema que tal influência ocorreu de modo efetivo, principalmente durante a década de 20, e sobretudo, no seu final, quando os filmes falados começaram a ser exibidos no Brasil.

Outra decorrência da guerra – a evasão de estrangeiros do Recife – não teve repercussão nos colégios, cuja clientela certamente foi garantida pela comunidade protestante que cresceu sensivelmente durante a década de 20 acrescida dos judeus que preferiram sempre os colégios protestantes aos católicos, até a criação do Colégio Israelita em Pernambuco.

Nesse período, houve também uma relação de reforço mútuo entre a educação protestante e o movimento da Escola Nova¹⁷, por todos os pontos que tiveram em comum; só que esta mesma relação reforçava o antagonismo entre os colégios protestantes e os tradicionalistas que se apoiavam no catolicismo contra o modernismo, reivindicando a volta do ensino religioso católico-romano nas escolas.

O Estado de S. Paulo, incorporando as duas influências (dos colégios protestantes e da Escola Nova) na Reforma Sampaio Dória (1920-21) colocou-se novamente na dianteira do processo de modernização da educação, servindo de modelo para as várias reformas que se sucederam nos Estados, inclusive em Pernambuco, como a Reforma Carneiro Leão, em 1928. A exemplo da Reforma Ulisses Pernambucano (1923), esta também seria rechaçada pelos

(17) O individualismo, o liberalismo e o pragmatismo que marcavam a educação protestante estavam na fala do escolanovista Carneiro Leão quando afirmava: "Juntamente com a guerra ao analfabetismo está a necessidade de fazer indivíduos capazes de iniciativa, de esforço, de trabalho; criaturas que aprendam a contar consigo e tenham confiança em si próprios" Antonio Carneiro Leão. **Problemas da Educação**. 2ª Ed. Rio de Janeiro, A.J. Castilho. 1919, p. 65.

católicos tradicionalistas, por fortes segmentos das oligarquias rurais divididas, e, curiosamente, até por liberais, apesar da sua proposta modernizadora e democratizante.

Quanto à caracterização da educação protestante conforme se desenvolveu nos colégios, em Pernambuco (considerando-se as semelhanças e as diferenças que marcaram o surgimento e expansão dessas instituições no sudeste e no nordeste) pode-se afirmar que apresentaram muitos pontos em comum, dos quais, destacam-se:

Quanto aos princípios orientadores

- O Cristianismo evangélico é a melhor opção religiosa mas não deve ser imposta;
- A liberdade religiosa com respeito é a marca desse Cristianismo;
- A formação de um caráter cristão não prescinde o conhecimento da Bíblia;
- A educação visa a formação integral do educando – corpo, intelecto e caráter;
- A coeducação é uma prática saudável e positiva para o desenvolvimento de ambos os sexos;
- A disciplina individual, pelo auto-governo (liberdade com responsabilidade) é imprescindível a uma boa educação;
- O ensino deve ser prático e objetivo de modo a preparar para uma vida útil e produtiva na sociedade.

Quanto às formas de operacionalização

- Ensino seriado e utilização de métodos progressivos e inovadores;
- Professores muito bem qualificados;
- Educação integrada com o lar;
- Práticas valorizadoras da natureza e do trabalho;
- Muitas e variadas formas de atividades extra-classe;
- Educação física e desportiva (para ambos os sexos) como forma de desenvolver não só um corpo ágil e saudável mas também como meio de formar o caráter;
- Oportunidades para a aplicação prática dos conhecimentos nas aulas e demais atividades;
- Reprodução da cultura e dos valores norte-americanos.

Quanto aos resultados

- Reconhecimento por parte da Sociedade (política e civil);

- Expansão crescente do espaço físico e social;
- Influência sobre vários setores da sociedade pelo alto nível de formação e desempenho da maioria dos alunos.

Após os trinta anos que separam os dois momentos, as mesmas práticas educativas consideradas pioneiras nos primeiros colégios, ainda o seriam em Pernambuco, no início do século: e muitas dessas práticas contribuíram, ainda, para os altos índices de modernidade que marcaram a atuação dos colégios protestantes de Pernambuco, na década de 20.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudando a educação protestante como parte do processo de inserção do Cristianismo Reformado no Brasil, e atentando-se para os múltiplos relacionamentos entre os fatos e situações que marcaram o referido processo, percebe-se que alguns aspectos se colocam mais significativamente como explicativos dos questionamentos propostos no início deste estudo.

Sem perder de vista os fundamentos econômicos da formação das sociedades brasileira e norte-americana, como partes do sistema capitalista em expansão, atentou-se para o aspecto superestrutural desse processo, pelo estudo da relação educação-religião, na configuração e desenvolvimento destas sociedades e na forma pela qual interagiram.

Enquanto a colonização dos Estados Unidos decorreu de uma reação contra a forma conciliatória pela qual a Inglaterra adotara a Reforma, mantendo características do Catolicismo medieval, o Brasil foi colonizado sob a influência e vigilância da Contra-Reforma, movimento nascido em Portugal, para preservar este Catolicismo.

A Igreja, considerada por Gramsci como "intelectual orgânico da aristocracia feudal", tentava recuperar, pela Contra-Reforma, a hegemonia perdida com a queda do Feudalismo e a expansão paralela da Reforma e do Liberalismo. Embora defendido pelos jesuítas como uma reforma autônoma da Igreja Católica e não como uma reação ao Luteranismo, a Contra-Reforma não envolveu o povo como a Reforma, mas os intelectuais, entre os quais estabeleceu o conformismo científico e cultural, por meio do Index¹⁸ e da Inquisição.

A concepção católica de civilização marcou profundamente a mentalidade brasileira. Isolada de outros países pelo pacto colonial e interagindo com Portugal, a colônia teve na religião e na educação que a consubstanciava, os elementos mais importantes da sua estrutura ideológica, somente abalada pela difusão do Jansenismo e do Liberalismo, que abriram caminho para o Protestan-

(18) Index era o Catálogo dos livros cuja leitura era proibida pela Igreja Católica Romana.

tismo. O Jansenismo orientou a política anti-pontifical nos dois períodos imperiais, favorecendo a implantação do Protestantismo, enquanto o Liberalismo preconizava mudanças, embora marcadas pela incoerência resultante da utilização de idéias descontextualizadas, como aconteceu em Pernambuco e em outras províncias insurgentes, nos vários movimentos e rebeliões que marcaram o Primeiro Império e o Período Regencial.

Defendendo a tolerância religiosa o ensino livre e a iniciativa privada o Liberalismo concorreu favoravelmente para o desenvolvimento do protestantismo, sendo ao mesmo tempo, reiterado por ele. O livre exame da Bíblia, o sacerdócio universal dos crentes, a ênfase da responsabilidade individual, a estrutura democrática das congregações e a valorização do trabalho, encontraram ressonância nos ideais liberais, conferindo-lhes, por sua vez, um sentido ético-religioso, pelas mensagens e pelo testemunho dos fiéis em termos de honestidade, senso do dever, austeridade, temperança, etc., características do ascetismo ativo protestante.

A relação de reforço entre Jansenismo, Liberalismo e Protestantismo, fortalecida pelo progresso dos países protestantes contribuiu para a política de imigração adotada no Brasil em relação a estes países, parte da qual, expressa na regulamentação de direitos dos acatólicos.

A presença crescente de imigrantes protestantes, principalmente de confederados sulistas após a guerra civil americana, aumentou a demanda por igrejas e escolas, incentivando a ação missionária norte-americana e incrementando a influência econômica e ideológica dos Estados Unidos sobre o Brasil.

O ceticismo que grassava entre as classes educadas em variadas formas de expressão, e a supersticiosa idolatria que aproximava as massas não educadas do paganismo, eram para os missionários, evidências suficientes de que o catolicismo dominante há quase quatro séculos não conseguira cristianizar o país.

O empenho pela laicização do Estado e da Educação e pela popularização da escola colocavam protestantes, liberais católicos e outros livres pensadores de um mesmo lado, enquanto a influência do protestantismo constituía-se em desafio para o catolicismo no sentido de repensar posições e práticas arraigadas, desde que, reagindo à democracia, a Igreja Católica recorresse ao aparelho repressor do Estado, adotando ela própria, uma postura autoritária que já desencadeara tantas formas de coerção.

No entanto, no avanço para estas conquistas, os grupos progressistas tiveram de enfrentar o catolicismo tridentino e ultramontano que se reorganizava no Brasil. Expulso com os jesuítas, voltara quase cem anos depois, encontrando grande parte do seu espaço preservado ideologicamente, sobretudo pela

educação. E foi por meio dela que esse espaço foi ampliado, formando novas gerações de ultramontanos que enfrentariam os avanços protestantes com novas formas de perseguição.

Desse modo, atingiam não só a estes mas aos liberais, republicanos e maçons que constituíam, então, uma frente única em prol da República laica. A Questão Religiosa foi a eclosão desses conflitos, parte dos quais desenvolvida em Pernambuco, com a participação dos protestantes.

Neste Estado, como de resto, na maioria dos demais, o ensino livresco, a formação bacharelesca, a estigmatização do trabalho prático e produtivo, guardavam a marca, não só da natureza exploratória do processo colonizador português, como da religião e da educação que a legitimara. O peso dessa herança cultural sobrepunha-se às mudanças econômicas, políticas e sociais que marcavam o país, colocando a educação em crescente defasagem em relação ao desenvolvimento.

Paralelo às ações conversionistas diretas as missões desenvolveram sua ação educacional pela criação de grandes colégios, como forma indireta de evidenciar a superioridade do Cristianismo Reformado sobre o Catolicismo, pelo confronto das culturas e da educação que haviam fomentado.

Nesse quadro, a tenacidade do esforço missionário, a expansão da obra educacional e a imbricação do transplante cultural com a pregação religiosa tiveram interpretações diversas. A importância do Brasil no Bloco dos países católicos da América Latina, sua dimensão territorial, seu potencial político e, o fato de, tornando-se independente ter adotado a Monarquia (quando toda a América Espanhola adotara a República), foram considerados como fatores explicativos e/ou reforçadores do fenômeno. Os missionários estariam contribuindo, consciente ou inconscientemente, para um domínio econômico posterior e, finalmente, para o neo-colonialismo norte-americano, para alguns, na mesma proporção que os jesuítas em relação à colonização portuguesa.

Admitindo-se tal contribuição, o paralelo, no entanto, se afigura inadequado. Ao caráter impositivo da ação jesuíta, ao monopólio religioso e quase monopólio educacional, contrapõem-se as circunstâncias da ação protestante, cuja religião apenas tolerada propunha a conversão do indivíduo (opção voluntária) a ser expressa em mudanças significativas de hábitos e atitudes que, partindo do individual deveriam projetar-se no coletivo.

Certamente, a qualidade da educação protestante, desenvolvida nas escolas das colônias de imigrantes, nas escolas paroquiais e, principalmente, nos grandes colégios, fortaleceu a relação protestantismo-educação-progresso, contribuindo não só para a aceitação e expansão do sistema educacional protestante e da cultura norte-americana que representava, mas, sobretudo para corroborar a crença no poder transformador da educação, que se desenvolvia

no Brasil – “entusiasmo pela educação” – principalmente se sua expansão ocorresse segundo o modelo importado – “otimismo pedagógico”.

De modo semelhante aos puritanos, que buscando servir a Deus com seu ascetismo ativo promoveram o capitalismo moderno, é provável que a educação protestante tenha contribuído para a política expansionista norte-americana no Brasil, exemplificando o paradoxo das consequências não intencionais dos fenômenos religiosos, explicado por Weber.

O fato é que, a crença generalizada na educação, sobretudo na educação moderna dos colégios protestantes explicam porque nem as desconfianças quanto aos reais objetivos das missões na sua obra educacional, nem a reação da liderança protestante brasileira contra a forma indireta de ação que ela representava, arrefeceram sua expansão.

Em Pernambuco, quando surgiram os primeiros colégios, as condições favoráveis decorrentes da liberdade religiosa e da supressão do ensino religioso católico nas escolas, contrapôs-se o movimento de reorganização e revitalização do catolicismo, o que também não constituiu empecilho à aceitação e expansão da educação protestante. A Ação Católica, plenamente articulada voltava-se, então, contra as forças populares organizadas, vendo em todos os movimentos e reformas a marca da subversão e do comunismo, conforme ocorreu com a Reforma Ulisses Pernambucano implantada em 1923.

Na década de 20, acentuaram-se todas as contradições que sempre marcaram o Liberalismo brasileiro. As tentativas de modernização educacional partidas das oligarquias rurais dos Estados, buscavam restaurar uma credibilidade cada vez mais abalada. A crise do setor exportador, os levantes armados, a organização das classes populares, o banditismo, o rumo tomado pelo movimento modernista evidenciavam os conflitos sociais, na solução dos quais dividiam-se os próprios grupos oligárquicos em decadência e os liberais. A reação à Reforma Carneiro Leão é um exemplo de tais divisões.

A dependência cultural que remonta à Colônia assumiu uma nova face com o processo de industrialização sem que os renovadores percebessem a dependência externa. A educação protestante que evidenciara a forma antiquada e anacrônica do sistema educacional vigente, reforçava o movimento de renovação educacional em S. Paulo, fortalecendo, então o movimento em torno da Escola Nova que atingia vários Estados. Os liberais renovadores defensores do movimento escolanovista, despertados para os problemas sociais por meio dos problemas educacionais, olhavam-nos pela ótica estrangeira, principalmente a norte-americana.

Enquanto os católicos colocavam-se como “orgânicos” das oligarquias no poder, os educadores protestantes reforçavam o papel dos liberais como “intelectuais” dos setores progressistas da sociedade, proponentes de soluções modernizantes para a sociedade brasileira, sem contudo, questionar a es-

estrutura social mais ampla. Tal relação, do mesmo modo que penaliza a educação protestante com as críticas feitas ao movimento renovador, permite-lhe dividir com ele o mérito de ter contribuído para a superação da elitização da escola, conquistada formalmente pelos pioneiros da Escola Nova, na Constituição de 1934 que democratizou o ensino no Brasil.

Em relação ao protestantismo, embora seja discutível o papel dos grandes colégios para sua expansão; para a comunidade protestante, principalmente entre as classes populares, eles representaram a única oportunidade de acesso à uma educação moderna e eficiente, pelo programa de bolsas de estudos que desenvolveu, beneficiando famílias inteiras de evangélicos.

No Sistema Escolar Brasileiro, a influência da educação protestante restringiu-se aos aspectos técnico-pedagógicos do processo ensino-aprendizagem. A valorização da natureza e do trabalho bem como o pragmatismo que norteavam suas práticas educativas não foram incorporadas à mentalidade brasileira, de modo que o academicismo deixasse de caminhar ao lado da profissionalização como formas paralelas de educação incompatíveis entre si.

Os colégios protestantes não conseguiram atingir a elite e nem tampouco alcançaram o povo. Constituíram sim, um modelo alternativo de educação para as camadas emergentes dos setores progressistas da sociedade brasileira, até que esta, no seu processo de desenvolvimento atingiu o estágio de progresso que eles configuravam e no qual parecem ter estacionado, como que incapazes de apresentar novas alternativas de vanguarda em uma sociedade em mudança, especialmente pela presença crescente da classe média.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Rubem. **Protestantismo e repressão**. São Paulo, Ática, 1979.
- AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**; Introdução do estudo de cultura no Brasil. 2. ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1944.
- AZEVEDO, Fernando. Uma interpretação do instituto Mackenzie. S. Paulo, Mackenzie, 1960.
- BANDEIRA, Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. (Dois séculos de história). 2.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- BASBAUM, Leôncio. **História sinuosa da República**. 4 ed. São Paulo, Alfa Omega, 1975.
- BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean Claude. **A reprodução elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975.
- BUCCI GLUCKSMANN, Christine. **Gramsci e o estado**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

- CAMARGO, Cândido Procópio. **Católicos, protestantes, espíritas**. Petrópolis, Vozes, 1973.
- CARDOSO, F.H. "O método dialético na análise sociológica". **Revista brasileira de ciências sociais**. Belo Horizonte, Universidade de Minas Gerais, 2 (1): 1962.
- CAVALCANTI, Robinson. **Cristianismo e política**. São Paulo, Nascente, 1985.
- DEWEY, John. **Vida e educação**. São Paulo, Melhoramentos, 1971.
- DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. São Paulo, Melhoramentos, 1972.
- FERRI, Franco. (coordenador). **Política e história em Gramsci**. Trad. Luís Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, M. 1.
- GRAMSCI, Antonio. **Introducción a la filosofía de la praxis**. Barcelona, Ediciones Península, 1970
- Concepção dialética de história**. Trad. Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1978.
- ✓ HACK, Oswaldo Henrique. **Protestantismo e educação brasileira**, São Paulo, Casa Editora Presbiteriana. 1985.
- LASKI, Harold J. **O liberalismo europeu**. Trad. Álvaro C. Baral. São Paulo, Mestre You, 1973.
- LEONARD, Emile. **O protestantismo brasileiro**. São Paulo, JUERP/ASTE, 1963.
- MANACORDA, Mário A. **El principio educativo en Gramsci; americanismo y conformismo**. Salamanca, Sigueme, 1977.
- MENDONÇA, Antonio G. de. **O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil**. São Paulo, Paulinas, 1984.
- NICHOLS, Robert H. **História da Igreja Cristã**. S. Paulo, Casa Editora Presbiteriana, 1981.
- RAMALHO, Jether P. **Prática educativa e sociedade**. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- REILY, Duncan. **A história documental do protestantismo no Brasil**. S. Paulo, Aste. 1984
- SCHALKWYK, F.L. **Igreja e Estado no Brasil holandês**. Recife Fundarpe, 1986.
- SCHULTZ, Theodore W. **O capital humano**. Rio de Janeiro, Zahar, 1971.
- VIEIRA, David G. **O protestantismo, a maçonaria e a questão Religiosa no Brasil**. Brasília Ed. Universitária, 1980.

- WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo, Cultriy, S.D.
- . **Economia y sociedad**. México, Fondo de Cultura Económica, 1974.
 - . **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro, Zahar, 1963.
 - . **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 4. ed. São Paulo, Pioneira, 1985.
 - . **Sobre a teoria das ciências sociais**. 3. ed. Lisboa, Presença, S.D.
 - . **Sociologia**. 2.ed. Org. por Gabriel Cohn. São Paulo, Ática, 1982.